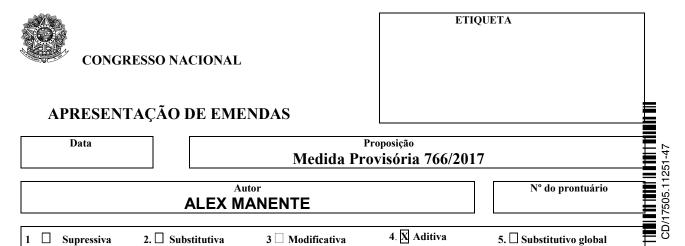
MPV 766 00044

Inciso

Alínea



Acrescenta-se ao texto da Medida Provisória 766/2017, onde couber, os dispositivos abaixo, renumerando-se, por conseguinte, os demais artigos:

Parágrafos TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Página

Artigo 2º

Art. ... A adesão ao PRT repercutirá o beneficio de redução de 50% (cinquenta por cento) das multas de mora e de oficio

Art. ... A adesão ao PRT repercutirá o benefício de redução de 50% (cinquenta por cento) das multas isoladas.

Art. ... A utilização de prejuízos fiscais e de bases de cálculo negativas da CSLL, próprio ou de terceiros, e os demais benefícios desta Lei não possuem efeitos fiscais para fins de determinação da base de cálculo da Contribuição para o PIS/Pasep, da COFINS, do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL.

JUSTIFICAÇÃO

O PRT visa à prevenção e redução de litígios administrativos ou judiciais, cujo estoque atual do contencioso federal ultrapassa o montante de R\$ 1,54 trilhão. O Programa prevê a possibilidade de utilização de créditos de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa para liquidação de parte da dívida consolidada, incentivando as empresas que detenham tais créditos.

Todavia, o programa, da forma como está proposto, não se revela atraente para empresas com histórico superavitário e que não disponham de prejuízos fiscais e de base de cálculo negativa em seus respectivos balanços.

Ao incentivar apenas os contribuintes que passaram, em algum momento, por dificuldade financeira, o PRT não foi isonômico.

Diante desse contexto, a presente emenda tem a finalidade de propor redução dos juros e multas incidentes sobre os créditos tributários, com vistas a tornar o programa mais atraente

	^
_	
-	⇁
	- 7
٠	
٠	_
	10
٠	4,
	C/I
ı	_
	_
	-
	LO
٠	=:
	ب
	10
	ω,
	\sim
	•
7	_
	_
	\sim
	-
	$\overline{}$
-	-

para uma maior parcela de contribuintes, de modo a equalizar o critério inicialmente eleito pelo Poder Executivo.

Por fim, é importante consignar que o texto original da Medida Provisória 766/2017 deixou de estipular expressamente que a utilização dos prejuízos não tem reflexos tributários, até mesmo porque a utilização de prejuízos, por sua própria natureza, não é tributável e não passaria a ser pelo simples fato dos prejuízos terem sido usados na quitação de débitos parcelados.

Nesse sentido, com o objetivo de conferir segurança jurídica às adesões de parcelamentos, é imprescindível que o texto aprovado preveja expressamente a neutralidade fiscal na utilização dos benefícios do programa PRT, exatamente como já ocorreu em programas anteriores do Governo Federal.

programas unterfores do Governo rederar.		
		=
		=
	PARLAMENTAR	-
		=
		_